



MÓDULO

**POVOS AMAZÔNIDAS: TECNOLOGIAS AMBIENTAIS E
DIFERENTES PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO**

**CIÊNCIAS HUMANAS
E SOCIAIS APLICADAS**



ITINERÁRIOS AMAZÔNICOS

REALIZAÇÃO:



Uma
CONCERTAÇÃO
pela Amazônia

PARCERIA:



FICHA TÉCNICA

Em 2025, as unidades curriculares e os módulos do programa foram revisados e atualizados para atender às novas diretrizes estabelecidas pelas alterações legislativas da Política de Ensino Médio.

REALIZAÇÃO

INSTITUTO IUNGO

Presidente

PAULO EMÍLIO DE CASTRO ANDRADE

Diretora de educação

ALCIELLE DOS SANTOS

Diretora de estratégia e implementação

JOANA RENNÓ

INSTITUTO REÚNA

Diretora-Executiva

KÁTIA STOCCO SMOLE

UMA CONCERTAÇÃO PELA AMAZÔNIA

Secretaria Executiva

FERNANDA RENNÓ

LÍVIA PAGOTTO

PARCERIA

BNDES

INSTITUTO ARAPYÁÚ

MOVIMENTO BEM MAIOR

PROGRAMA ITINERÁRIOS AMAZÔNICOS

IDEALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO

Idealização

FERNANDA RENNÓ (Uma Concertação pela Amazônia)

JOANA RENNÓ (Instituto iungo)

PAULO EMÍLIO DE CASTRO ANDRADE (Instituto iungo)

Coordenação geral

SAMUEL ANDRADE

Equipe pedagógica

CARLOS GOMES DE CASTRO (Coordenador de EPT)

CAROLINA MIRANDA

CYNTHIA SANCHES (Coordenadora - áreas do conhecimento)

REGINA TUNES (Coordenadora - áreas do conhecimento)

Coordenação de produção

THAMARA STRELEC

Coordenação Instituto Reúna

DANIEL CORDEIRO

Apoio à coordenação

CAMILLY LIMA

STEFANNY LOPES

VANESSA COSTA TRINDADE

CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

Equipe

ALCIELLE DOS SANTOS

ANTONIO CARLOS OSCAR JÚNIOR

CARLOS GOMES DE CASTRO

CAROLINA MIRANDA

CLÉA FERREIRA

CYNTHIA SANCHES

FABIANA CABRAL SILVA

FERNANDA RENNÓ

GRAZIELA SANTOS

IZADORA RIBEIRO PERKORKI

JEFFERSON SODRÉ MENESES

JOANA RENNÓ

JULIANA FRIZZONI CANDIAN

KÁTIA STOCCO SMOLE

LÉA CAMARGO

MARISA BALTHASAR

MICHELE BORGES

PAULO EMÍLIO DE CASTRO ANDRADE

REGINA TUNES

RENATA ALENCAR

RENATA MONACO

SAMUEL ANDRADE

THAMARA STRELEC

Gestores, técnicos e educadores de redes de ensino

ALDEVÂNIA BARRETO DE MATOS - SEED RORAIMA

ALISSON THIAGO PEREIRA - SEDUC AMAZONAS

ANTONIO FONSECA DA CUNHA - SEDUC PARÁ

CARMEM LÚCIA SOUZA - SEDUC AMAZONAS

CLEIBERTON SOUZA - SEED AMAPÁ

DARLETE SOUZA DO NASCIMENTO - SEED RORAIMA

EDILMA DA SILVA RIBEIRO - SEED RORAIMA

STELLA DAMAS - SEED RORAIMA

IRENE PEREIRA - SEED RORAIMA

LUCIA REGINA ANDRADE - SEDUC AMAZONAS

MELINA TONINI - SEDUC RONDÔNIA

MONALISA SANTOS SILVA - SEDUC MARANHÃO

REGINA PEREIRA - SEDUC MARANHÃO

RICARDO SANTA CRUZ - SEED RORAIMA

SALOMÃO SOUZA ALENCAR - SEDUC AMAZONAS

SIMONE BATISTA - SEED RORAIMA

Jovens amazônicos

ALANA MANCHINERI | AMAPÁ

BRUNA LIMA - RIO BRANCO | ACRE

HANNAH BALIEIRO | RONDÔNIA

INGRID MARIA AVIZ DE ARAÚJO - ANANINDEUA | PARÁ

KARINA PENHA - SÃO JOSÉ DE RIBAMAR | MARANHÃO

ODENILZE RAMOS - CARÃO, BAIXO RIO NEGRO | AMAZONAS

OREME IKPENG - XINGU | MATO GROSSO

PEDRO ALACE - AGROVILA ITAQUI, CASTANHAL | PARÁ

PI SURUÍ | ACRE

Especialistas em educação

ANA LUÍSA GONÇALVES

FERNANDA SAEME

NÁDIA CARDOSO

PAULO CUNHA

THIAGO HENRIQUE

Mobilização de jovens

RICARDO PENIDO

Mapeamento de tecnologias educacionais

PORVIR

Convidados do seminário de**aprofundamento temático**

DILSON GOMES NASCIMENTO - SEDUC AMAZONAS

MAICKSON SERRÃO - SEDUC AMAZONAS

TATIANA SCHOR

COMUNICAÇÃO E DESIGN

Coordenadora de Comunicação

ANGELA MARIS DO NASCIMENTO

Produção de conteúdo - Comunicação

ANA CATARINA PARISI PINHEIRO
CAMILA SARAIVA GONÇALVES

Identidade visual e projeto gráfico

CLÁUDIO VALENTIN
DENIS LEROY
RENAN DA SILVA ARAÚJO

Assessoria para arquitetura da informação

PORVIR

Plataforma digital

PORVIR (Produção executiva)
SINTRÓPIKA (Design e desenvolvimento)

PRODUÇÃO DE CONTEÚDO

Coordenação

PABLO DE OLIVEIRA DE MATTOS

Concepção e redação

ANDRÉ SEKKEL CERQUEIRA
CAROLINE BÁRBARA
KATRINE KATIUSSE DE ANDRADE
SYNTIA ALVES

Leitura crítica

REGINA TUNES
JOSILDO SEVERINO DE OLIVEIRA - SEDUC AMAZONAS
CLAUDEMES VIEIRA SOUSA - SEED RORAIMA
GUARACI ASSIS PASTANA - SEED AMAPÁ
LUZINÉIA GUIMARÃES ALENCAR - SEDUC MATO GROSSO

Edição pedagógica

CAMILA TRIBESS
CAROLINA MIRANDA

Apoio à concepção - Jovens amazônicas

ELCIANE VALENTE DE MENESES DE ALMEIDA
MARTA RAYANE DA SILVA GOMES

Apoio à concepção - Técnicos e educadores de redes de ensino

EDILENE NASCIMENTO BARBOSA - SEED AMAPÁ
ITALO BRUNO PAIVA GONÇALVES - SEDUC TOCANTINS
MARTA CLEMENTINA SILVA DE MELO - SEED RORAIMA
SHEYLA REGINA JAFRA CORDEIRO - SEDUC AMAZONAS

Especialista temático

GEORGIA JORDÃO

Produção de infográfico

CAMILA TRIBESS

Edição de texto e revisão ortográfica

ANA ELISA FARIA DO AMARAL
DIOGO DA COSTA RUFATTO
JAQUELINE COUTO KANASHIRO
LUCAS TADEU DE OLIVEIRA
MARCIA GLENADEL GNANNI
MARIANE GENARO

Diagramação

NATÁLIA XAVIER
RENAN DA SILVA ARAÚJO
VICTOR SOARES
WELLINGTON TADEU

ATUALIZAÇÃO E REVISÃO | 2025

Equipe pedagógica

REGINA TUNES (Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e Projetos de Vida)
MARISA BALTHASAR (Coordenação pedagógica e Linguagens e suas Tecnologias)
LUCIANA TENUTA (Matemática e suas Tecnologias)
SHANA ALINE PERIN SITTA (Ciências da Natureza e suas Tecnologias)

Leitura crítica

MICHELE BORGES (Matemática e suas Tecnologias)

Apoio à gestão

EMMANUELLE DIAS

COMO CITAR: INSTITUTO IUNGO; INSTITUTO REÚNA; UMA CONCERTAÇÃO PELA AMAZÔNIA. **Povos amazônicas:** tecnologias ambientais e diferentes perspectivas de desenvolvimento. 2. ed. rev. atual. [S. l.]: Programa Itinerários Amazônicos, 2025. (Módulo de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas). Disponível em: <https://itinerariosamazonicos.org.br>.

POLÍTICA DE USO: Pessoas e instituições podem fazer o download e compartilhar este material, desde que atribuam créditos ao Instituto Iungo, ao Instituto Reúna e à rede Uma Concertação pela Amazônia. Educadores poderão citar trechos do material em conteúdo que produzirem para uso em contexto escolar e não comercial, desde que atribuídos os devidos créditos. O material não deve ser modificado, adaptado ou publicado sem autorização prévia.



SUMÁRIO

Módulo - Povos amazônidas: tecnologias ambientais e diferentes perspectivas de desenvolvimento

Ementa do módulo	6
Infográfico	10
Etapa 1: Racismo ambiental em perspectiva	12
Etapa 2: Representação dos povos e comunidades tradicionais e indígenas e as lutas das juventudes	16
Etapa 3: Experiências amazônidas	21
Material do estudante	26
Referências	29



POVOS AMAZÔNIDAS: TECNOLOGIAS AMBIENTAIS E DIFERENTES PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO

EMENTA DO MÓDULO

Carga horária

 20 a 30 horas

Resumo

Neste módulo, os estudantes realizam a compilação e a sistematização de experiências de povos e comunidades tradicionais e indígenas de interação com a floresta e de perspectivas para conservá-la, levando em conta aspectos ligados a modos de vida e diferentes tecnologias ambientais (cosmogonias dos povos tradicionais, manejos da floresta, técnicas agrícolas, extrativismo, pesca etc.). No processo de sistematização, aproximando-se do conceito de racismo ambiental, eles são instigados a analisar e a refletir sobre os desafios enfrentados por esses grupos em diferentes contextos da região amazônica (urbano, ribeirinho, quilombola, indígena, rural). Com a estratégia da sala de aula invertida, os estudantes pesquisam sobre as perspectivas de representação dos povos e das comunidades tradicionais no contexto amazônico e o papel das juventudes amazônidas, em diálogo com esses grupos e as tecnologias ambientais no combate ao desmatamento e ao racismo ambiental. A partir daí, eles vão projetar a criação de um coletivo de jovens, na escola ou no entorno, que atue em prol dos direitos humanos, da sustentabilidade e por uma sociedade mais justa. Ao final do módulo, elaboram episódios de *podcast* ou outras formas de divulgação para esse coletivo. Com isso, espera-se que os estudantes reúnam ferramentas para a concretização de projetos pessoais, em âmbito local, regional, nacional e/ou global, considerando os desafios relacionados ao racismo ambiental, os impactos socioambientais, os direitos humanos e a promoção da cidadania.

Expectativas de aprendizagem

- Caracterizar as tecnologias ambientais dos povos e das comunidades tradicionais e indígenas e refletir sobre elas, compilando e sistematizando experiências desses grupos na interação com o meio ambiente e na produção de tecnologias ambientais.

Este módulo integra a unidade curricular “Desmatamentos e conservação na região Amazônica” do programa Itinerários Amazônicos. Para conhecer esta e as demais unidades curriculares, acesse www.itinerariosamazonicos.org.br.





CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS

MÓDULO - POVOS AMAZÔNIDAS: TECNOLOGIAS AMBIENTAIS

E DIFERENTES PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO

- Refletir sobre os diversos desafios enfrentados pelos povos e pelas comunidades tradicionais e indígenas na região amazônica, com especial atenção ao conceito de racismo ambiental.
- Apresentar as características e analisar as diversas formas de representação desses grupos e a relação com a participação da juventude amazônida no combate à degradação ambiental, a fim de projetar a criação de um coletivo de jovens.
- Criação e produção de podcasts, ou outras formas de divulgação, apresentando experiências de atuação do coletivo juvenil.

Competências gerais da BNCC

CG 2, CG 7 e CG 10

Competências comuns para os Itinerários Formativos de Aprofundamento - IFAs

1, 2, 5, 8 e 10

TEMAS CONTEMPORÂNEOS TRANSVERSAIS

Meio ambiente

Cidadania e civismo

EIXOS CURRICULARES ESTRUTURANTES

Método, conhecimento e ciência

Mundo do trabalho e transformação social

OBJETOS DE CONHECIMENTO

Tecnologias ambientais dos povos e das comunidades tradicionais e indígenas; racismo ambiental; representação dos povos e das comunidades tradicionais e indígenas e juventudes amazônidas; desmatamento.

HABILIDADES DA ÁREA DO CONHECIMENTO EM PERSPECTIVA DE APROFUNDAMENTO DA FORMAÇÃO GERAL BÁSICA - FGB

(EM13CHS103) Elaborar hipóteses, selecionar evidências e compor argumentos relativos a processos políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e epistemológicos, com base na sistematização de dados e informações de diversas naturezas (expressões artísticas, textos filosóficos e sociológicos, documentos históricos e geográficos, gráficos, mapas, tabelas, tradições orais, entre outros).





CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS

MÓDULO - POVOS AMAZÔNIDAS: TECNOLOGIAS AMBIENTAIS

E DIFERENTES PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO

(EM13CHS106) Utilizar as linguagens cartográfica, gráfica e iconográfica, diferentes gêneros textuais e tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais, incluindo as escolares, para se comunicar, acessar e difundir informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

(EM13CHS501) Analisar os fundamentos da ética em diferentes culturas, tempos e espaços, identificando processos que contribuem para a formação de sujeitos éticos que valorizem a liberdade, a cooperação, a autonomia, o empreendedorismo, a convivência democrática e a solidariedade.

(EM13CHS601) Identificar e analisar as demandas e os protagonismos políticos, sociais e culturais dos povos indígenas e das populações afrodescendentes (incluindo as quilombolas) no Brasil contemporâneo considerando a história das Américas e o contexto de exclusão e inclusão precária desses grupos na ordem social e econômica atual, promovendo ações para a redução das desigualdades étnico-raciais no país.

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM ESPECÍFICOS DA ÁREA NOS IFAs

1. Aplicar métodos e procedimentos científicos das Ciências Humanas para investigar, analisar e interpretar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais, articulando diferentes perspectivas e fontes, de modo a construir argumentos, para posicionar-se de forma ética, crítica e propositiva em relação às dinâmicas da sociedade.
2. Avaliar as interações entre as atividades humanas e o espaço geográfico, discutindo os impactos ambientais e suas implicações socioambientais, incluindo o racismo ambiental, propondo soluções éticas e sustentáveis, e promovendo a consciência e o consumo responsável nos âmbitos local, regional, nacional e global.

FOCO DAS ETAPAS

Etapa 1: Racismo ambiental em perspectiva

Nas atividades desta etapa, os estudantes:

- Compreendem o conceito de racismo ambiental, refletindo sobre ele.
- Analisam dados e estatísticas socioeconômicas da região amazônica, com a finalidade de identificar os principais desafios dos povos e das comunidades tradicionais e indígenas.
- Analisam casos concretos de violência e exclusão sofridos por esses grupos, utilizando o conceito de racismo ambiental como chave de análise e reflexão.

Etapa 2: Representação dos povos e comunidades tradicionais e indígenas e as lutas das juventudes

Nas atividades desta etapa, os estudantes:

- Analisam historicamente as formas de representação dos povos e das comunidades tradicionais e indígenas.
- Pesquisam, usando a estratégia da sala de aula invertida, as recentes mobilizações e os protagonismos desses grupos na luta por representação, pela conservação da floresta e pelos direitos humanos.
- Realizam exercício de criação de coletivos de jovens (considerando ações como a elaboração de manifestos, pautas e agendas de atuação em prol das questões socioambientais), tendo em vista a promoção dos direitos humanos, da democracia e da sustentabilidade.





CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS

MÓDULO - POVOS AMAZÔNIDAS: TECNOLOGIAS AMBIENTAIS

E DIFERENTES PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO

Etapa 3: Experiências amazônicas

Nas atividades desta etapa, os estudantes:

- Refletem sobre os saberes dos povos e das comunidades tradicionais e indígenas diante dos desafios contemporâneos.
- Organizam e produzem um *podcast* e/ou outras formas de divulgação que apresentem os coletivos juvenis criados, bem como contextualizem as lutas por direitos humanos, democracia, conservação ambiental e sustentabilidade por parte dos povos e das comunidades tradicionais e indígenas.

Estratégias de ensino e aprendizagem

- Pesquisas orientadas utilizando a metodologia da sala de aula invertida: baseados em orientações prévias do professor, os estudantes coletam informações e estabelecem relações entre os principais desafios enfrentados pelos povos amazônicos e as suas formas de representação.
- Trabalho colaborativo: com base em pesquisas e levantamentos sobre a representação dos povos amazônicos, os estudantes projetam coletivos de juventude, a fim de reivindicar uma sociedade mais ética e sustentável, e também elaboram episódios de *podcast* que contextualizem os coletivos diante das lutas por representação.

Avaliação

A avaliação das etapas do módulo se dará de forma processual: após a compreensão e a reflexão sobre o conceito de racismo ambiental, os estudantes poderão ser avaliados com base nas habilidades da área. Poderá ser analisada a capacidade de propor hipóteses por meio de pesquisas e de elaborar argumentos cruzando dados e processos políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e epistemológicos. Levando em consideração a atuação conjunta dos estudantes na criação de coletivos de jovens, a coerência e a relevância das pautas e as linhas de atuação desses grupos poderão ser avaliadas e também servirão para a autoavaliação dos estudantes. O processo de criação e de produção do *podcast* ou outras formas de divulgação dos coletivos poderá servir de avaliação, tendo em vista o envolvimento e o engajamento dos estudantes nos grupos de trabalho e a coerência com os temas debatidos.



CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS

MÓDULO - POVOS AMAZÔNIDAS: TECNOLOGIAS AMBIENTAIS E
DIFERENTES PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO



Qual é o lugar dos jovens amazônidas nos debates sobre conservação da floresta?

Neste módulo, os estudantes conhecem formas de interação de povos indígenas e comunidades tradicionais com a floresta, analisando a importância dessas experiências no contexto da sustentabilidade. No processo, pesquisam sobre o papel de diferentes vozes na questão ambiental, sobretudo de lideranças juvenis. Atentam-se para os modos de vida de populações que habitam na Amazônia e para o debate sobre racismo ambiental.



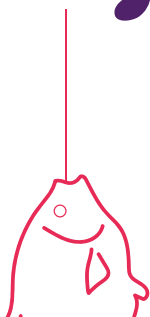
E por quê?

LIDERANÇAS LOCAIS
Defendem perspectivas, saberes, tecnologias e demandas das comunidades indígenas e tradicionais.

COLETIVOS JUVENIS
Destacam pontos de vista, interesses e desafios das juventudes em discussões sobre meio ambiente, desigualdade social e racismo ambiental.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Trata de formas de atender às necessidades do presente sem comprometer gerações futuras, partindo da conservação ambiental.

PARTICIPAÇÃO FEMININA
Demarca relações entre gênero e política no debate socioambiental nacional e internacional.



Agora, qual o foco das etapas do módulo para organizar o percurso de aprendizagem?

1ª ETAPA

Conceito de racismo ambiental; dados socioeconômicos da região amazônica; desafios socioambientais de povos indígenas e comunidades tradicionais.

2ª ETAPA

Formas de representação política de povos tradicionais e indígenas; lideranças amazônicas, mobilizações e conservação da floresta; direitos humanos e coletivos juvenis.

3ª ETAPA

Lutas por direitos humanos, conservação ambiental e desenvolvimento sustentável; produção de *podcast*.

Tudo isso caminha lado a lado com os eixos curriculares estruturantes



EM DIÁLOGO COM A Amazônia

MÉTODO, CONHECIMENTO E CIÊNCIA

Análise do conceito de racismo ambiental por meio de dados e referências científicas e pesquisa sobre lideranças e vozes amazônicas contemporâneas.

MUNDO DO TRABALHO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Elaboração de expressões artísticas e cartas-manifesto para formular propostas concretas de transformação social por meio da atuação política e socioambiental em âmbito regional, nacional e/ou global.

O módulo traz referências de lideranças da região amazônica e convida os estudantes a pesquisar outros atores que fazem parte da complexa história de defesa dos direitos humanos, da justiça socioambiental e da conservação da Floresta Amazônia. É dada atenção às juventudes indígenas e às comunidades tradicionais atuantes no enfrentamento de desigualdades e de problemas políticos que impactam a região e os contextos mais amplos.

Navegar por este percurso contribui para que os estudantes

- Desenvolvam o olhar crítico e analítico sobre questões sociais, políticas e ambientais, construindo e apresentando argumentos.
- Compreendam o que é racismo ambiental e suas características.
- Analise histórias de lideranças e problemas socioambientais por meio de pesquisas.
- Reconheçam e interpretem como as juventudes amazônicas e seus coletivos se inserem nos debates sobre sustentabilidade.

ETAPA 1: RACISMO AMBIENTAL EM PERSPECTIVA

ACONTECE NA ETAPA

- Reflexão e debate sobre o conceito de racismo ambiental.
- Análise de dados e estatísticas socioeconômicas da região amazônica, a fim de identificar os principais desafios dos povos e das comunidades tradicionais e indígenas.
- Uso do conceito de racismo ambiental como chave de análise e sistematização de casos concretos de violência e exclusão por meio de poema, *slam*, música ou outra expressão artística.



SITUAÇÃO DE APRENDIZAGEM 1

Nesta etapa, os estudantes são direcionados a compreender e refletir o racismo ambiental, desenvolvendo um olhar crítico para as consequências dessa questão para as relações sociais, políticas e econômicas que envolvem a região amazônica. Por meio de dados estatísticos, textos e documentários, os aspectos socioeconômicos da região amazônica são analisados, com o objetivo de identificar os principais desafios dos povos e das comunidades tradicionais e indígenas.



PONTO DE PARTIDA

1. Inicie o percurso apresentando aos estudantes as expectativas de aprendizagem, pactuando as estratégias avaliativas e contextualizando a etapa e o módulo. O infográfico do módulo pode apoiar esse momento de mediação. O ponto principal desta etapa é levar os jovens a conhecer o conceito de racismo ambiental e refletir sobre ele. Assim, no primeiro momento, eles devem ter contato com ideias que permeiem o tema, como a relação entre desigualdade social, questões étnico-raciais e população em situação de vulnerabilidade.
2. Para a sensibilização inicial, realize uma breve tempestade de ideias, mediada com as seguintes questões: “Quem mais sofre com eventos climáticos extremos e com crimes ambientais? Todos sofrem igualmente?”. Promova um debate inicial com a turma, incentivando a participação e o levantamento de hipóteses a respeito das questões. Considere anotar as principais contribuições, a fim de que sejam revisitadas ao longo do processo.



Saiba mais

O que é racismo ambiental?

Racismo ambiental é um termo utilizado para se referir ao processo de discriminação que populações que vivem em áreas marginalizadas ou compostas de minorias étnicas sofrem por meio da degradação ambiental. A expressão denuncia que a distribuição dos impactos ambientais não se dá de forma igual entre a população, sendo a parcela marginalizada e historicamente invisibilizada a mais afetada pela poluição e pela degradação ambiental. A história do termo está intrinsecamente ligada ao movimento dos direitos civis americanos, que ocorreram entre as décadas de 1950 e 1960. Atualmente, a falta de investimento em regiões sem saneamento básico, o despejo de resíduos nocivos à saúde em regiões de vulnerabilidade social, a grilagem e a exploração de terras pertencentes a povos locais são exemplos da manifestação do racismo ambiental (Fuentes, 2021, [n. p.]).

Fonte: Trecho extraído e adaptado da publicação [Racismo ambiental é uma realidade que atinge populações vulnerabilizadas](#) | Patrick Fuentes | Jornal da USP.



DESENVOLVIMENTO

3. Para iniciar, realize a leitura compartilhada de materiais de apoio previamente selecionados que discutam as noções de racismo ambiental, injustiça ambiental e justiça e injustiça climática. Divida os estudantes em três grupos e solicite que respondam a algumas questões, que podem ser adaptadas de acordo com os materiais de apoio escolhidos:

- **Grupo 1:** O que é racismo ambiental? Quando o termo foi criado, o que ele buscou explicar?
- **Grupo 2:** O que é justiça climática? Qual foi o contexto da criação do termo?
- **Grupo 3:** O que é injustiça climática? Quais são os exemplos apresentados?

Após a leitura, promova uma roda de conversa sobre as questões propostas. Espera-se que os estudantes reflitam sobre a existência de contextos de desigualdade e injustiça social e ambiental envolvendo grupos étnicos vulneráveis, como as populações e os povos tradicionais da região amazônica.

Saiba mais

Como o racismo ambiental ocorre na Amazônia?

Indígenas, quilombolas, ribeirinhos e outras populações tradicionais da Amazônia denunciam há décadas a violação de seus direitos no processo de implantação de grandes empreendimentos. Para esses povos, a degradação dos recursos naturais provocada por esses projetos leva a perdas territoriais, humanas e culturais, que se aproveitam da vulnerabilidade social a que esses grupos estão expostos, intensificando um processo denominado de racismo ambiental. Nesta entrevista, Nazaré Rebelo, doutora em ciências sociais com ênfase em antropologia e autora de uma tese sobre o tema, explica o que caracteriza essa problemática e que fatores intensificam sua ocorrência na região.

[...]

De que forma o racismo ambiental se manifesta na prática na realidade amazônica?



Temos notórios exemplos, como: Belo Monte, Tucuruí, a Transamazônica, a extração de bauxita em Oriximiná, garimpo ilegal, dentre outros, aqui no Pará. Irei me deter à extração de bauxita. Essa extração existe há cerca de quatro décadas, mas a mineração ocorre no interior de uma Unidade de Conservação, onde vivem comunidades quilombolas e ribeirinhas. De acordo com a Comissão Pró-Índio, a floresta está em disputa, haja vista que a exploração mineral em Oriximiná impulsiona a destruição de florestas que, até então, eram fonte de alimento e renda de diversas famílias quilombolas e ribeirinhas (Queiroz, 2022, [n. p.]).

4. A fim de aprofundar as habilidades referentes à análise de dados e de estatísticas, apresente aos estudantes alguns dados relacionados à exclusão, à precariedade no acesso à saúde, à água potável canalizada e ao saneamento básico e à mortalidade por eventos extremos, de forma que possam estabelecer relações entre tais informações e o conceito de racismo ambiental. Para apoiar a mediação, considere consultar o boxe Saiba mais, a respeito dos mais vulneráveis.

Diálogos amazônicos

Neste artigo, é possível acessar dados e informações de pesquisa a respeito de eventos extremos, como a cheia em Manaus no ano de 2022, que acentuam desigualdades estruturais: [Na Amazônia urbana, pessoas negras e indígenas serão principais vítimas de mudanças climáticas | Murilo Pajolla | Brasil de Fato](#)¹.

Historicamente, as comunidades quilombolas não estão entre as prioridades governamentais. A respeito dos desafios enfrentados por esses grupos na região amazônica durante a pandemia de covid-19, consulte o artigo [Caos na pandemia: quilombolas também ficarão de fora da vacinação prioritária | Cícero Pedrosa Neto | Amazônia Real](#).

Saiba mais

Os mais vulneráveis

A tragédia provocada pela covid-19 na região Norte aumenta de tamanho quando o foco da análise se volta para os indígenas e as comunidades ribeirinhas. O inquérito sorológico EPICOVID-19 BR, da Universidade Federal de Pelotas (UFPeL), mostrou que, desde o início da pandemia, indígenas tinham 80% mais risco de serem infectados pelo SARS-CoV-2 em comparação com brancos que moravam na mesma cidade.

Fora das cidades o impacto da doença também foi brutal. Um estudo publicado na revista *Frontiers in Psychiatry* por pesquisadores da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) mostrou que as taxas de incidência e mortalidade na população indígena foram, respectivamente, 136% e 110% mais altas que a média nacional.

Em termos de mortalidade, entre os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs) mais críticos estavam Alto Rio Solimões, Cuiabá, Xavante, Vilhena e Kaiapó do Pará. A análise dos dados revelou, ainda, uma relação direta entre a incidência de casos de covid-19 em indígenas e desmatamento, grilagem e mineração.

¹Todos os links presentes neste material foram acessados em outubro de 2025.



Em relação à vacinação, as taxas da população indígena – grupo prioritário no Programa Nacional de Imunizações – também estão abaixo da média da população em geral.

Dados de agosto do Ministério da Saúde apontam que alguns DSEIs estão abaixo de 50% da cobertura vacinal completa. Os distritos mais críticos são: Kaiapó-PA (32,4%), rio Tapajós-PA (38%), Alto Rio Juruá-AC (39,7%), Kaiapó-MT (42%) e Araguaia-MT (49,7%).

“São áreas que passam por diversos conflitos territoriais, seja por garimpo ou agricultura. Isso tudo somado às *fake news* e às dificuldades logísticas fazem com que os números não tenham evoluído como o desejado”, relatou Luiz Penha [mestre em Saúde Pública, integrante do povo Tukano e da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab)] (Ziegler, 2021, [n. p.]).

Fonte: Trecho adaptado de [Saúde precária e postura anti-indígena exacerbaram mortes por covid-19 na Amazônia, avaliam cientistas](#) | Maria Fernanda Ziegler | Agência Fapesp.

5. Com base nas leituras e nas reflexões construídas até o momento, elabore com os estudantes uma nuvem de palavras correlatas aos assuntos e aos conceitos trabalhados até aqui. Conduza esse momento de forma que a turma estabeleça relações entre o conceito de racismo ambiental e as situações de sua região. Garantir um repertório de temas e de aspectos do entorno desses jovens potencializará a atividade da seção Sistematização.

SISTEMATIZAÇÃO

6. A partir das palavras e dos temas destacados no exercício anterior, solicite aos estudantes que, em duplas, sistematizem as discussões realizadas na etapa por meio de uma expressão artística (poemas, cordel, batalha de rap e *slam*, músicas, esquetes teatrais ou outra com a qual os jovens se identifiquem). Estimule a criatividade e o engajamento da turma e, se possível, busque atuar de maneira integrada ao docente da área de Linguagens. Encoraje os estudantes a apresentarem suas produções à comunidade escolar como forma de ampliar o debate sobre o racismo ambiental.

Eixos curriculares estruturantes em ação

A pesquisa inicial, com o aprofundamento do conceito de racismo ambiental e a posterior criação de uma expressão artística que sistematize os conhecimentos, possibilita investigar e analisar a questão do racismo ambiental e expressar esses conhecimentos de forma criativa e engajada, dialogando com o eixo *Método, conhecimento e ciência*.

Avaliação em processo

Utilize a pesquisa, a análise de dados, o debate e a produção artística para acompanhar o desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes de forma processual.



ETAPA 2: REPRESENTAÇÃO DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS E INDÍGENAS E AS LUTAS DAS JUVENTUDES

ACONTECE NA ETAPA

- Análise histórica das formas de representação dos povos tradicionais e indígenas.
- Levantamento de dados sobre as recentes mobilizações e os protagonismos desses indivíduos na luta por representação, pela conservação da floresta e pelos direitos humanos.
- Exercício de construção de coletivos de jovens (manifestos, pautas e agendas de atuação), tendo em vista a promoção dos direitos humanos e a busca por um modelo de desenvolvimento sustentável.



SITUAÇÃO DE APRENDIZAGEM 1

Esta situação de aprendizagem convida os estudantes a compreender e analisar a trajetória histórica das representações dos povos indígenas e tradicionais, problematizando o imaginário social construído por livros, propagandas, músicas, entre outros instrumentos, sobre os povos e as comunidades tradicionais e indígenas. Em atividades de leitura coletiva, pesquisa de fontes históricas e análise de materiais diversos sobre o tema, eles reconhecem as ações mobilizadas por jovens indígenas no enfrentamento às desigualdades e aos problemas políticos e sociais da Amazônia e se aproximam da realidade local. A perspectiva é que, ao fazer esse trajeto, a turma compreenda o caráter protagonista dos povos da floresta na luta por direitos e observe a importância da mobilização popular em torno das pautas políticas, sociais e econômicas nos dias de hoje.



PONTO DE PARTIDA

1. Inicie o percurso apresentando aos estudantes expectativas de aprendizagem, pactuando as estratégias avaliativas e contextualizando a etapa junto aos estudantes. A proposta é abordar as diferentes ações e os diversos papéis assumidos pelos povos indígenas e tradicionais nos últimos 30 anos na luta pela representação e pela legitimação da cultura nativa da Amazônia. Para tanto, comece o debate levantando quais são



os conhecimentos prévios da turma sobre lideranças indígenas e quilombolas e suas trajetórias na região. A sugestão é que você, docente, faça uma consulta prévia aos materiais [A Amazônia também é negra | Joana Oliveira | El País](#) e [Conheça quatro das principais lideranças indígenas da Amazônia | Portal Amazônia](#) para embasar o debate em sala de aula e nortear as discussões, com base nas perguntas disparadoras de reflexão:

- Quais lideranças amazônidas vocês conhecem?
- Como tomaram conhecimento dessa liderança?
- Vocês conhecem alguma ação dessas lideranças? Qual?

2. De forma geral, a região amazônica é associada ao ativismo dos indígenas ou das populações ribeirinhas. Entretanto, a Amazônia também é negra e quilombola. O objetivo deste momento é acessar os conhecimentos prévios dos estudantes a respeito da diversidade de representantes e lideranças nas distintas regiões amazônicas e problematizar noções simplistas sobre a região. Você também pode trabalhar com os estudantes algumas imagens que remetem aos quilombos da região amazônica. Para isso, sugerimos o projeto [Amazônia Negra | Marcela Bonfim](#). No artigo [Amazônidas, povo sem história? Breves reflexões pelo direito à amazonidade | Julyan Machado Ramos | Amazônia Latitude](#), é possível acessar uma cronologia das lutas amazônidas e um panorama da construção das identidades amazônidas ao longo do tempo. Considere anotar as principais contribuições dos estudantes, a fim de que sejam revisitadas ao longo do processo. Essas anotações podem compor um quadro interativo (físico ou digital), em que a turma mobilize a organização desses conhecimentos.

Diálogos amazônicos

A Amazônia também é negra

O Brasil olha para a Amazônia, e já associa a região aos indígenas e às comunidades ribeirinhas. “Mas acaba esquecendo e invisibilizando a Amazônia negra. Não há narrativa sobre isso. Dos anos 1990 para cá, estamos brigando para levantar essa pauta”. Quem fala é Isis Tatiane da Silva, historiadora de 38 anos e uma das lideranças do quilombo Criaú, no Amapá. A maior floresta tropical do mundo abriga aproximadamente 150 das mais de 3.500 comunidades quilombolas do Brasil, de acordo com a Fundação Palmares, do extinto Ministério da Cultura.

[...]

Uma das estratégias adotadas pelos quilombolas para proteger seu território é criar uma espécie de “cerca viva” nos limites das comunidades. “Muita gente migrou para a cidade, em busca de melhores condições de vida, mas acabaram trabalhando na construção civil ou em trabalhos domésticos e agora está voltando. O que estamos fazendo é alocá-los nas imediações dos limites da terra, para serem os olhos vivos da nossa comunidade e, assim, manter o território sem invasões”, explica Tatiane (Oliveira, 2019, [n. p.]).





DESENVOLVIMENTO

3. Organize uma aula dialogada a respeito das lutas amazônicas. Consulte as informações dos boxes Saiba mais a seguir e Diálogos amazônicos anterior e considere organizar a leitura dessas informações em duplas. Por meio da aprendizagem entre pares, peça às duplas que apresentem as principais informações a respeito dos últimos 30 anos dessas lutas. Na sequência, os estudantes devem realizar um levantamento de informações usando relatos orais, escritos ou fotográficos e, se tiverem acesso à internet, pesquisar vídeos e *podcasts* sobre lideranças e/ou coletivos amazônicos, a fim de que tenham a oportunidade de iniciar a sistematização de casos e lideranças através do tempo. Um encaminhamento importante acerca desse aspecto é refletir sobre a atual ampliação da representação do ponto de vista do gênero. Se, inicialmente, a luta era centrada em lideranças masculinas, nos últimos anos vêm ganhando destaque lideranças femininas e jovens. Para nortear a condução da pesquisa solicitada aos estudantes e a mediação desses debates, você pode consultar previamente os seguintes textos:

- [Mulheres da Amazônia: 5 lideranças que você precisa conhecer | Francisco Costa | Mídia Ninja.](#)
- [Jovens Vozes da Amazônia para o Planeta | Manifesto | Instituto Mapinguari.](#)
- [Jovens lideranças indígenas em defesa da Amazônia | Txai Suruí e Bitaté Uru-eu-wau-wau | Le Monde Diplomatique Brasil.](#)

4. Em seguida, oriente os estudantes a compartilharem entre os grupos as informações que foram levantadas e destacadas nos textos trabalhados e faça a mediação das impressões da turma, escrevendo no quadro os principais resultados e temas. Essas informações podem complementar o quadro (físico ou digital) construído anteriormente. Incentive-os a trazer informações e conhecimentos prévios, de forma a complementar os dados obtidos nos suportes didáticos. Conduza a sequência desse debate esclarecendo que os jovens, em grupos, devem simular a criação de coletivos que lutem em prol de temas sensíveis à região. Esse momento pode ser norteador pela questão: “Quais coletivos ou grupos de jovens que lutam pela Floresta Amazônica vocês conhecem?”.

5. Sugerimos dividir a turma em grupos e pedir que os estudantes simulem a criação de um coletivo de jovens em prol da defesa da Amazônia. O material [Jovens vozes da Amazônia para o planeta | ReLLAC-Jovens | Para o clima](#) pode auxiliar na curadoria e na elaboração desses coletivos. Nele, é possível que os estudantes entrem em contato com um exemplo de manifesto e diversos temas e tópicos reivindicados por jovens amazônicos. Solicite que a turma a) crie um nome para esse coletivo; b) defina seu escopo de atuação e; c) elabore uma carta-manifesto com as reivindicações (políticas, sociais, econômicas, culturais) desse coletivo. Essa simulação pode ser inspirada em algum coletivo ou liderança conhecida do grupo. Exercer sua presença pedagógica e apoie-os nessa escolha e curadoria.



Saiba mais

Direitos quilombolas na Constituição

A proposta foi trazida aos debates da Assembleia Constituinte por entidades do movimento negro responsáveis também pela inclusão de dispositivo semelhante em algumas constituições estaduais, como as do Pará, Maranhão e Bahia. A proposta foi formalizada pelo então Deputado Carlos Alberto Caó (PDT-RJ) e apresentada sob a rubrica de Emenda Popular em 20 de agosto de 1987.

Enquanto os direitos dos índios à posse de suas terras foram garantidos em todas as Constituições brasileiras desde a de 1934, foi apenas na Constituição de 1988 que os quilombolas tiveram direitos reconhecidos. A inclusão deste preceito constitucional repara uma injustiça histórica cometida pela sociedade escravocrata brasileira contra o povo negro. Uma reparação que se concretiza através do reconhecimento dos direitos das comunidades de descendentes dos antigos escravos possibilitando-lhes, finalmente, o acesso à propriedade de suas terras.

As comunidades quilombolas tiveram também garantido o direito à manutenção de sua cultura própria através dos artigos 215 e 216 da Constituição. O primeiro dispositivo determina que o Estado proteja as manifestações culturais afro-brasileiras. Já o artigo 216 considera patrimônio cultural brasileiro, a ser promovido e protegido pelo Poder Público, os bens de natureza material e imaterial (nos quais incluem-se as formas de expressão, bem como os modos de criar, fazer e viver) dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, entre os quais estão, sem dúvida, as comunidades negras (Comissão..., 2018, [n. p.]).

Eixos curriculares estruturantes em ação

A simulação de um coletivo de jovens e a posterior escrita de carta-manifesto, a fim de que os estudantes busquem a resolução de problemas relativos às juventudes e suas relações com as pautas políticas, sociais, econômicas ou culturais, mobilizam os estudantes a atuarem como agentes sociais e políticos, dialogando, assim, com o eixo *Mundo do trabalho e transformação social*.

SISTEMATIZAÇÃO

6. Os estudantes poderão apresentar as cartas-manifesto e seus coletivos para a comunidade escolar e, em conjunto com você, identificar a possibilidade e a viabilidade de abordar os trabalhos desenvolvidos para além da escola, como em associações de moradores, nas rádios e nos jornais locais, nos eventos regionais etc.

Saiba mais

Pesquisa recupera história do movimento indígena no Brasil

Segundo a tese [[Protagonismo indígena no Brasil: movimento, cidadania e direitos \(1970-2009\)](#) | Poliene Soares dos Santos Bicalho | UnB], o movimento começou com as assembleias indígenas em 1974, em que chefes e demais participantes atuaram como sujeitos conscientes do processo de dominação, mas sem se subjugarem. Esse movimento ganhou força com a presença dos índios no Congresso Nacional durante a Constituinte de 1988. Eles passaram a representar a si mesmos.



Os principais nomes dessa época são: Mário Juruna, Álvaro Tucano, Ângelo Kretã, Marçal de Souza, Raoni Mentuktire e Domingos Veríssimo Terena. Mário Juruna ficou famoso por andar em gabinetes da Fundação Nacional do Índio (Funai), lutando pela demarcação das terras indígenas, sempre com um gravador para registrar tudo o que os não-índios diziam. Ele queria provar que as autoridades, na maioria das vezes, não cumpriam com o que prometiam. Juruna foi eleito deputado federal em 1983, primeiro deputado índio no país.

[...]

A pesquisa aponta que o movimento sofreu uma divisão após as manifestações durante a festa de 500 anos de descobrimento do Brasil, quando índios entraram em confronto com o Exército. Depois desse episódio, as comunidades passaram a lutar por suas reivindicações específicas, e não mais como um movimento unificado.

Essa tendência começou a se reverter em 2002, quando as diversas organizações se reuniram na Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB). Essa organização existe para discutir ideias, executar propostas, sugerir políticas públicas e realizar projetos alternativos de sobrevivência e produção econômica nas comunidades (UNB Ciência, 2011, [n. p.]).

Sobre a resistência indígena nos dias de hoje

Nós, povos indígenas, historicamente silenciados, denunciemos nas redes sociais com nossas câmeras e celulares a realidade dos territórios no Brasil. Por meio da juventude indígena, estamos recontando a verdadeira história do nosso país, valorizando nossa ancestralidade, denunciando a invasão, as queimadas, a mineração ilegal, o roubo de madeira, a destruição da floresta e mostrando toda nossa riqueza cultural decolonizando mentes. Ensinando o real significado de ser indígena. Compartilhando nossa sabedoria através do audiovisual e acabando com essa ideia de que indígena não pode ter celular.

Nos últimos anos, jovens indígenas de diversos povos elevaram suas vozes em defesa da floresta, unindo sua força com jovens de todo o mundo que se organizam na luta contra as mudanças climáticas (Surui; Uru-Eu-Wau-Wau, 2022, [n. p.]).

Avaliação em processo

Para garantir a avaliação de forma processual, na seção Ponto de partida, as respostas às questões disparadoras, bem como a produção de um quadro coletivo com os conhecimentos que os estudantes têm de lideranças amazônicas, podem compor um primeiro olhar diagnóstico. O trabalho em grupo de pesquisa e a organização de informações, além da posterior simulação dos coletivos de jovens, também são fatores para a avaliação de diversas competências, como pensamento crítico e científico, colaboração e argumentação. Na escrita da carta-manifesto, você pode analisar o quanto os estudantes têm capacidade de síntese de seus argumentos, assim como avaliar a forma como mobilizam os conceitos e as habilidades da área para realizar essa atividade.



ETAPA 3: EXPERIÊNCIAS AMAZÔNIDAS

ACONTECE NA ETAPA

- Reflexão e debate sobre os saberes dos povos tradicionais e indígenas diante dos desafios contemporâneos.
- Organização e produção de um *podcast* que apresente os coletivos jovens criados, bem como que contextualize as lutas por direitos humanos, conservação ambiental e desenvolvimento sustentável por parte dos povos tradicionais e indígenas.



SITUAÇÃO DE APRENDIZAGEM 1

Nesta etapa, os estudantes aprofundam o contato com os saberes ancestrais e atuais dos povos indígenas e tradicionais. A proposta é partir de uma discussão sobre esses saberes e suas potências, a fim de estabelecer relações com os desafios contemporâneos dos povos amazônidas: “De que forma esses saberes criam oportunidades de luta e novos horizontes para as lutas amazônidas? Quais benefícios o Brasil e o mundo terão ao ouvir os povos amazônidas? De que forma os povos amazônidas oferecem mecanismos para combater o racismo ambiental?”. Com base nessas problematizações, os estudantes entram em contato com as experiências das populações amazônidas, compreendendo e refletindo sobre a atualidade de suas tecnologias socioambientais. A proposta é que seja produzido um *podcast* apresentando o que foi desenvolvido nesta e nas outras etapas do módulo.



PONTO DE PARTIDA

1. O objetivo deste momento é fazer com que os estudantes ampliem o olhar sobre os saberes ancestrais e os desafios contemporâneos dos povos amazônidas. Solicite que a turma leia o texto [Ciência e saberes tradicionais por uma Amazônia soberana e sustentável | Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência \(SBPC\)](#) (ver no Material do estudante, referente a esta etapa). Essa leitura pode ser feita em duplas ou grupos, a fim de que os estudantes debatam entre si os principais pontos do texto antes de socializá-los. Organize uma roda de conversa a respeito das conclusões, com o objetivo de fazê-los refletir sobre as relações entre esses saberes e as lutas dos povos amazônidas em prol dos direitos humanos e da conservação da floresta. Recupere os debates das etapas anteriores e os aspectos abordados nas cartas-manifesto e nos coletivos criados.



2. O objetivo deste momento inicial é dar subsídios e ampliar os olhares dos estudantes, que devem produzir *podcasts* apresentando os coletivos criados na etapa anterior. Espera-se que a turma estabeleça relações entre as lutas contemporâneas com os saberes ancestrais amazônidas. Considere algumas questões norteadoras:

- De que forma esses saberes criam oportunidades de enfrentamento e novos horizontes para as lutas amazônidas?
- De que maneira os povos amazônidas oferecem mecanismos para combater o racismo ambiental?
- Quais benefícios o Brasil e o mundo terão ao ouvir os povos amazônidas?

Saiba mais

Ciência e saberes tradicionais por uma Amazônia soberana e sustentável

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) encaminhou, no dia 8 de agosto [2022], ao ministro do Meio Ambiente, Joaquim Álvaro Pereira Leite, a moção “Ciência e saberes tradicionais por uma Amazônia soberana e sustentável”. O documento foi aprovado por unanimidade pela Assembleia Geral Ordinária de Sócios da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), realizada em 28 de julho de 2022, na Universidade de Brasília (UnB), por ocasião da 74ª Reunião Anual da SBPC.

Também encaminhado ao ministro da CT&I, Paulo Alvim, e à Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), o texto ressalta o potencial da região Amazônica para ser um “território totalmente orientado pelo conhecimento científico e pela interação empática com saberes e práticas milenares de relação do ser humano com a natureza.”

Entretanto, na contramão de seu potencial de gerar riqueza e desenvolvimento sustentável, a Amazônia hoje é um modelo de inexistência de projeto nacional brasileiro e passa por um período da história de desregulamentação de políticas de proteção ambiental e de direitos dos povos originários, além de uma crise de institucionalidade na relação Estado e sociedade. É assim que a moção descreve o cenário de dismantelo atual.

[...]

A moção indica a instituição de um cenário favorável ao diálogo da ciência com as sociedades amazônicas como um novo caminho que precisa ser traçado. “A Amazônia é um campo privilegiado para o desenvolvimento científico em todas as áreas de conhecimento. E deveria ser priorizada como laboratório de inovação, de interdisciplinaridade e sustentabilidade. A região tem potencial para ser um território totalmente orientado pelo conhecimento científico e pela interação empática com saberes e práticas milenares de relação do ser humano com a natureza”, afirma o documento (Sociedade..., 2022, [n. p.]).





DESENVOLVIMENTO

3. Proponha que a turma seja dividida em grupos. Cada um deles deve produzir um episódio de *podcast*, cujo tema será a apresentação e a contextualização do coletivo criado na etapa anterior. De maneira que os grupos desenvolvam o conteúdo dos roteiros, estimule-os a buscar temas correlatos e transversais aos coletivos e desafios apresentados na etapa anterior. No site jornalístico [Sumaúma](#) ou no portal da [Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas \(Conaq\)](#), há bastante material para explorar temas correlatos aos povos indígenas ou quilombolas. O texto [Ribeirinhos da Amazônia: modo de vida e relação com a natureza | Cássio Rogério Graças dos Santos, Mayany Soares Salgado e Márcia Aparecida da Silva Pimentel | Uniara](#) também pode apoiar essa mediação, por meio de relatos colhidos em comunidades ribeirinhas, em campo, pela equipe de pesquisa. A ideia é que cada grupo foque um tema/grupo social e o desenvolva, de forma que gere um episódio do *podcast* que articule o impacto do racismo ambiental nos desafios contemporâneos e as lutas amazônicas. Se não for possível elaborar um *podcast*, os estudantes podem trabalhar com a captação de áudio simples (usando um celular ou outro equipamento de gravação de áudio), sem a necessidade de edição. No site da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do Estado do Acre, há disponível uma [Oficina sobre Podcast | Escola Digital | SEE-Acre](#). A seguir, listamos alguns passos para criar um *podcast*:

- Definir o público (colegas da escola, comunidade do entorno).
- Escolher o tema, dar um nome e criar uma capa.
- Decidir o formato (gravar sozinho ou com convidados; fazer uma entrevista ou um debate; ser o narrador ou o mediador).
- Criar a pauta de gravação ou os tópicos.
- Editar o material e incluir a trilha sonora.
- Publicar e divulgar (na comunidade escolar ou nas redes sociais).

4. Para os episódios, sugerimos algo em torno de 6 a 10 minutos. Os estudantes podem decidir qual o melhor formato: entrevista, apresentação, conversa, debate, entre outros. É importante que haja uma padronização do material produzido pelos grupos. É interessante ter uma vinheta de abertura e de encerramento que sejam usadas por todos. Os episódios também devem seguir um padrão, com mais ou menos o mesmo tempo de duração e com o mesmo estilo de oratória, para que mantenham uma harmonia de um capítulo para o outro.

5. Os estudantes, divididos em grupos, devem produzir os episódios do *podcast*. Sugerimos que, antes de gravarem, eles elaborem um roteiro com o que vão falar no programa. Isso contribui para o planejamento e favorece a qualidade do produto final. A gravação pode ser feita com telefones celulares ou gravadores simples. Existem aplicativos específicos para gravar *podcasts*, que podem ser usados pelos estudantes.



De olho nas estratégias

Podcasts

O Brasil é o segundo país que mais consome *podcasts* do mundo e, segundo o Ibope, cerca de 40% da população de internet do país já ouviu algum *podcast*. Esse número equivale a cerca de 50 milhões de brasileiros.

De acordo com a PodPesquisa 2019/2020, divulgada pela Associação Brasileira de Podcasters (abPod), o universo brasileiro de *podcasts* ainda é predominantemente masculino, 72% dos ouvintes são homens. A média de idade do ouvinte brasileiro é de 28 anos e os assuntos que mais interessam são cultura pop, humor e comédia, ciência, história e política. O interesse por *podcasts* sobre feminismo cresceu 8% desde 2018.

[...]

Basicamente, é um programa de rádio que pode ser ouvido pela internet a qualquer hora, por meio do celular ou do computador. Com temas e duração variadas, o ouvinte pode acessar conteúdos em áudio para se informar, para estudar ou para passar o tempo (Costa, 2021, [n. p.]).

Também recomendamos que sejam apresentados alguns *podcasts* aos estudantes. Listamos, a seguir, algumas sugestões que tratam de temas da região amazônica que podem ser acessados em diversas plataformas:

- [Rádio Sumaúma | Sumaúma | Spotify.](#)
- [Ideias para adiar o fim do mundo - Com Ailton Krenak | Paraquedas XIX | Spotify.](#)
- [Eu Soul o Monte | Bhoim Mídias | Spotify.](#)
- [\[Episódio 01\] Alerta Vermelho | Podcast Tempo Quente | Rádio Novelo | YouTube.](#)
- [Amazônia Sem Lei #1 | Do tráfico ao prato | Agência Pública | YouTube.](#)
- [Mano Brown recebe Txai Suruí | Mano a Mano | Spotify.](#)
- [Amazônia Invisível | EP 01: Beka, a jovem guerreira Munduruku | Storytel, Estadão.](#)

Eixos curriculares estruturantes em ação

Os eixos *Método, conhecimento e ciência* e *Mundo do trabalho e transformação social* são mobilizados em diferentes momentos deste módulo. A pesquisa inicial, com base no texto da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, e a posterior criação de um *podcast* mobilizam de forma integrada a investigação científica e a compreensão de situações-problema e, ao mesmo tempo, testam uma solução de divulgação científica por meio do *podcast*, reforçando o protagonismo juvenil.



SISTEMATIZAÇÃO

6. O *podcast* pode ser disponibilizado para toda a escola e a comunidade ou ficar disponível em alguma plataforma digital. Sugerimos que os estudantes escutem todos os episódios e, ao final, organizem uma discussão sobre os temas abordados. Essa roda de conversa pode contribuir para organizar um evento de lançamento do *podcast*.
7. Uma vez que os episódios fiquem prontos, é interessante promover uma atividade de lançamento na escola, com debate entre os autores e a comunidade escolar.

Quer adaptar a proposta?

Caso não seja possível gravar os *podcasts* por limitações tecnológicas, considere realizar um seminário com base nos roteiros criados. Os estudantes podem simular entrevistas, rodas de conversa e debates ou, ainda, apresentar os tópicos e os temas organizados no roteiro.

Avaliação em processo

A avaliação se dará de forma processual: a partir da roda de conversa inicial, é possível acessar o que a turma construiu ao longo do módulo. Considere essa roda de conversa do Ponto de partida como um momento privilegiado de avaliação diagnóstica. A produção do *podcast* deve gerar engajamento e divisão de tarefas entre os integrantes: equipe de pesquisa, narradores/entrevistadores, redatores etc. Os roteiros podem ser compartilhados entre os grupos, a fim de aprimorarem seus percursos. Considere as escolhas e os temas dos *podcasts* e sua relação com o conceito de racismo ambiental e a coerência com o coletivo criado. Para ampliação de conhecimentos e de repertório sobre práticas avaliativas, recomendamos a realização da Trilha de Aprendizagem do componente [O lugar da avaliação | Instituto iungo, Instituto Reúna e Itaú Educação e Trabalho | Nosso Ensino Médio](#).



MATERIAL DO ESTUDANTE

ETAPA 1 - Situação de aprendizagem 1 - Atividade 1

RELAÇÃO ENTRE RACISMO E MEIO AMBIENTE

Apesar da popularização recente, o conceito de racismo ambiental data de 1981. Cunhado pelo ativista afro-americano de direitos civis Benjamin Franklin Chavis Jr., o termo surgiu a partir das investigações que ele realizou sobre a relação entre as irregularidades ambientais e a população negra estadunidense. O racismo ambiental, de acordo com Chavis, “é a discriminação racial na elaboração de políticas ambientais, aplicação de regulamentos e leis, direcionamento deliberado de comunidades negras para instalação de resíduos tóxicos, sanção oficial da presença de veneno e poluentes com risco de vida às comunidades e exclusão de pessoas negras da liderança dos movimentos ecológicos”. Na mesma época em que Chavis levantava a questão do racismo ambiental, o sociólogo norte-americano Robert D. Bullard também já despontava na estruturação do conceito de injustiça ambiental, argumentando, também, sobre o maior impacto dos danos ao meio ambiente entre a população negra norte-americana.

Durante sua pesquisa, com base na cidade de Houston, Texas, EUA, Bullard identificou que ao menos 14 dos 17 depósitos de resíduos industriais da cidade estavam situados em bairros de população negra, embora apenas 25% da população de Houston fosse negra. As pesquisas de Chavis, Bullard e de diversos grupos de pesquisadores e ambientalistas deram as bases necessárias para a popularização da questão, tanto que, em 1992, a Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (EPA, na sigla em inglês) oficializou o significado de “justiça ambiental” e criou um órgão dedicado ao assunto. O termo ganhou traduções para outros idiomas e adaptações para os contextos de cada país, sendo utilizado para identificar e estudar o impacto do desequilíbrio climático tanto entre as populações negras como indígenas, quilombolas e grupos étnicos específicos vulnerabilizados pela pobreza e pela desigualdade.

INJUSTIÇA E RACISMO AMBIENTAL NO BRASIL

De acordo com Pires e Guimarães (2016, p. 3), além da falta de acesso à saúde, ao trabalho digno e à educação, os grupos marginalizados socialmente precisam arcar com os danos ao meio ambiente de forma desproporcional. Essa visão só começaria a ser questionada em solo brasileiro a partir dos anos 2000, quando representantes de movimentos sociais, sindicatos, ONGs, entidades ambientalistas, pesquisadores, movimentos negros e indígenas se uniram para criar a Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA).

Dessa forma, a rede estabeleceu o conceito de injustiça ambiental, conforme destacou Pires e Guimarães (2016, p. 3): “[...] mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às



populações de baixa renda, aos grupos sociais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis”. Ao se estruturar no país, a RBJA estabeleceu os princípios essenciais para fortalecer um sistema de justiça ambiental. Segundo Pires e Guimarães (2016, p. 7), são eles:

- O rompimento com modelos de distribuição de consequências ambientais negativas suportadas desproporcionalmente por grupos sociais, étnicos ou raciais secularmente vulnerabilizados.
- A promoção do acesso equitativo aos recursos ambientais do país.
- A garantia do acesso às informações sobre o uso dos recursos naturais, a destinação de rejeitos e a localização de riscos ambientais.
- A ampliação da participação dos grupos sociais afetados nos processos democráticos e participativos de definição de políticas, planos, programas e projetos que envolvam alterações de seus territórios e territorialidades.
- O estímulo à constituição de modelos alternativos de desenvolvimento, que assegurem a democratização do acesso aos recursos ambientais e a sustentabilidade do seu uso.

As consequências desses sistemas já se mostram nos termos utilizados pela ONU (Organização das Nações Unidas), como o “apartheid climático” (pessoas afetadas pelas mudanças climáticas de forma desproporcional); “gentrificação climática” (concentração de classes e grupos sociais mais abastados em áreas mais verdes e menos propensas a desastres, após a repulsão dos grupos originais e vulneráveis); e “refugiados climáticos” (pessoas que abandonam suas regiões de origem devido aos danos climáticos).

Fonte: Texto adaptado de [Racismo ambiental e injustiça ambiental: o que são? | Mariana Lima | Politize!](#).



ETAPA 3 - Situação de aprendizagem 1 - Atividade 1

CIÊNCIA E SABERES TRADICIONAIS POR UMA AMAZÔNIA SOBERANA E SUSTENTÁVEL

A Amazônia é o exemplo mais perverso da inexistência de um projeto nacional brasileiro. A região, que corresponde a 60% do território do País e engloba nove estados, sofre sistematicamente com a precarização das instituições e das políticas públicas e com práticas de violência sobre territórios, povos, e comunidades tradicionais. Uma violência contínua atinge a Amazônia pelas frentes predatórias de exploração dos recursos naturais, agressões aos biomas, ecossistemas, territórios indígenas, em ondas crescentes de desrespeito aos direitos constitucionais de grupos humanos e de proteção ambiental. [...] É importante reconhecer o trabalho secular dos povos tradicionais na proteção da floresta, e a dívida mundial que a humanidade tem pelo sequestro de carbono realizado pela Amazônia nos últimos séculos.

A Amazônia vive um período da história de desregulamentação de políticas de proteção ambiental e de direitos dos povos originários, além de uma crise de institucionalidade na relação Estado e sociedade. Direitos humanos e conquistas federativas duramente conquistados são desconsiderados e desrespeitados. [...]

É crescente a desativação da obrigação reguladora do Estado frente às ambições de destruição da natureza e das sociedades amazônicas, incluindo o abandono aos processos de nacionalização da região.

É preciso instituir um outro cenário que seja favorável ao diálogo da ciência com as sociedades amazônicas. A Amazônia é um campo privilegiado para o desenvolvimento científico em todas as áreas de conhecimento. E deveria ser priorizada como laboratório de inovação, de interdisciplinaridade e sustentabilidade. A região tem potencial para ser um território totalmente orientado pelo conhecimento científico e pela interação empática com saberes e práticas milenares de relação do ser humano com a natureza. Aquisições essenciais de cidadania, democracia, cooperação internacional e inovação podem ter surpreendentes resultados se experimentados por todos os esforços científicos nacionais na Amazônia brasileira e continental (Pan-Amazônia) e em todos os campos do conhecimento, a partir de focos de prioridades locais.

Uma territorialidade científica dialógica, orientadora e empática com os brasileiros da floresta, dos rios e das cidades, que devolva à sociedade o protagonismo de indicar as suas prioridades e ao Estado, o cumprimento de suas funções constitucionais, poderia ser a interação nacional mais audaciosa de um projeto nacional da Amazônia.

Brasília, 28 de julho de 2022 (Sociedade..., 2022a, [n. p.]).

Fonte: SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA. Ciência e saberes tradicionais por uma Amazônia soberana e sustentável. **Portal SBPC**, [s. /], 15 ago. 2022. Disponível em: <http://portal.sbpcnet.org.br/noticias/ciencia-e-saberes-tradicionais-por-uma-amazonia-soberana-e-sustentavel/>. Acesso em: 17 mar. 2023.



REFERÊNCIAS

AMAZÔNIA SEM LEI #1 | Do tráfico ao prato. [S. l.]: Agência Pública, 25 jun. 2021. 1 vídeo (20 min 31 s). Publicado no canal Agência Pública. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9wNQByrfzxM>. Acesso em: 29 out. 2025.

BICALHO, Poliene Soares dos Santos. **Protagonismo indígena no Brasil: movimento, cidadania e direitos (1970-2009)**. 2010. 464 f., il. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

BONFIM, Marcela. **Amazônia Negra – povos, costumes e influências negras na floresta**. Rondônia, 2016. Disponível em: <https://www.amazonianegra.com.br/>. Acesso em: 29 out. 2025.

BROWN, Mano. Mano Brown recebe Txai Suruí. *In: Mano a Mano*. [Podcast (áudio)]. [S. l.]: Spotify, 15 dez. 2022. 1h31min. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/25Md5le-QgkHxADuifH0bny>. Acesso em: 29 out. 2025.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO. Há 30 anos, a Constituição reconhecia os direitos quilombolas. **Portal CPISP**, [São Paulo], 5 out. 2018. Disponível em: <https://cpisp.org.br/ha-30-anos-constituicao-reconhecia-os-direitos-quilombolas/>. Acesso em: 29 out. 2025.

COSTA, Larissa. O que é um podcast? Para que serve? Conheça algumas sugestões de programas. **Portal Brasil de Fato**, Belo Horizonte, 10 fev. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefatomg.com.br/2021/02/10/o-que-e-um-podcast-para-que-serve-conheca-algumas-sugestoes-de-programas>. Acesso em: 29 out. 2025.

EP 01: Beka, a jovem guerreira Munduruku. *In: Amazônia Invisível*. São Paulo: Storytel; Estadão, 2022. Podcast (áudio). Disponível em: <https://www.storytel.com/br/books/ep-01-beka-a-jovem-guerreira-munduruku-beka-a-jovem-guerreira-munduruku-1802404>. Acesso em: 29 out. 2025.

[EPISÓDIO 01] ALERTA VERMELHO. *In: Tempo Quente*. [Podcast (vídeo)]. [S. l.]: Rádio Novelo, 7 jun. 2022. 1 vídeo (56 min 10 s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Sq6fpngNtcc>. Acesso em: 29 out. 2025.



EU SOUL O MONTE. *In: Eu Soul o Monte*. [Podcast (áudio)]. [S. l.]: Spotify; Bhoim Mídias, [s. d.]. Disponível em: <https://open.spotify.com/show/1yJN25s85Q0rXj5plHEf9L?si=7f1f7d0d429d4c75&nd=1&dlsi=02d961a9e49344be>. Acesso em: 29 out. 2025.

FUENTES, Patrick. Racismo ambiental é uma realidade que atinge populações vulnerabilizadas. **Jornal da USP**, [São Paulo], 9 dez. 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/racismo-ambiental-e-uma-realidade-que-atinge-populacoes-vulnerabilizadas/>. Acesso em: 29 out. 2025.

INSTITUTO MAPINGUARI. **Manifesto jovens vozes da Amazônia para o planeta**. 2021. Disponível em: <https://mappinguari.org/portfolio/manifesto-jovens-vozes-da-amazonia-para-o-planeta/>. Acesso em: 14 dez. 2025.

LIMA, Mariana. Racismo ambiental e injustiça ambiental: o que são? **Politize!**, [Florianópolis], 4 nov. 2021. Disponível em: <https://www.politize.com.br/racismo-e-injustica-ambiental/>. Acesso em: 29 out. 2025.

MÍDIA NINJA. Mulheres da Amazônia: 5 lideranças que você precisa conhecer. **Mídia Ninja**, [S. l.], 29 jul. 2022. Disponível em: <https://midianinja.org/mulheres-da-amazonia-5-liderancas-que-voce-precisa-conhecer/>. Acesso em: 29 out. 2025.

NETO, Cícero Pedrosa. Caos na pandemia: quilombolas também ficarão de fora da vacinação prioritária. **Amazônia Real**, Belém, 19 jan. 2021. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/caos-na-pandemia-quilombolas-tambem-ficaroo-de-fora-da-vacinacao-prioritaria/>. Acesso em: 29 out. 2025.

NOSSO ENSINO MÉDIO. O lugar da Avaliação. [s.d.]. **Nosso Ensino Médio**, 2025. Disponível em: <https://nossoensinomedio.org.br/componentes/o-lugar-da-avaliacao/>. Acesso em: 27 de out. de 2025.

OLIVEIRA, Joana. A Amazônia também é negra. **El País Brasil**, Terra do Meio, Amazônia, 20 nov. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/19/politica/1574164761_425337.html. Acesso em: 29 out. 2025.



PAJOLLA, Murilo. Na Amazônia urbana, pessoas negras e indígenas serão principais vítimas de mudanças climáticas. **Brasil de Fato**, Amazonas, 30 mar. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/03/30/na-amazonia-urbana-pessoas-negras-e-indigenas-serao-principais-vitimas-de-mudancas-climaticas/>. Acesso em: 29 out. 2025.

PIRES, Thula Rafaela de Oliveira; GUIMARÃES, Virginia Totti. Injustiça ambiental e racismo ambiental: a marca da estratificação sócio-racial nas zonas de sacrifício do Estado do Rio de Janeiro. **Yale Law School**. Projeto de Pesquisa. 2014-2016. Disponível em: https://www.law.yale.edu/sites/default/files/area/center/kamel/sela16_pires_cv_port.pdf. Acesso em: 29 out. 2025.

PORTAL AMAZÔNIA. Conheça quatro das principais lideranças indígenas da Amazônia. **Portal Amazônia**, 9 ago. 2021. Disponível em: <https://portalamazonia.com/cidades/conheca-quatro-das-principais-liderancas-indigenas-da-amazonia/>. Acesso em: 29 out. 2025.

QUEIROZ, Fabrício. Grandes projetos favorecem o racismo ambiental na Amazônia. **O Liberal**, [S./], 13 ago. 2022. Disponível em: <https://www.oliberal.com/economia/grandes-projetos-favorecem-racismo-ambiental-na-amazonia-1.573960>. Acesso em: 29 out. 2025.

RÁDIO SUMAÚMA. In: **Rádio Sumaúma**. [Podcast (áudio)]. [S. /].: Spotify; Sumaúma, [s.d.]. Disponível em: <https://open.spotify.com/show/5Ur9stVmwdmC04hngdNPVc>. Acesso em: 29 out. 2025.

RAMOS, Julyan Machado. Amazônia, povo sem história? Breves reflexões pelo direito à amazonidade. **Amazônia Latitude**, 13 maio 2020. Disponível em: <https://www.amazonialatitude.com/2020/05/13/amazonidas-povo-sem-historia-brevs-reflexoes-pelo-direito-a-amazonidade/>. Acesso em: 29 out. 2025.

SANTOS, Cássio Rogério Graças dos; SALGADO, Mayany Soares; PIMENTEL, Márcia Aparecida da Silva. Ribeirinhos da Amazônia: modo de vida e relação com a natureza. **Uniara**, São Paulo, [s.d.]. Disponível em: https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2012/trabalhos/sessao_3/sessao_3D/03_Cassio_Santos.pdf. Acesso em: 29 out. 2025.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO ACRE. **Oficina sobre Podcast | Escola Digital SEE**. Acre, [s.d.]. Disponível em: <https://see.ac.gov.br>. Acesso em: 29 out. 2025.



SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA. **Ciência e saberes tradicionais por uma Amazônia soberana e sustentável**. Brasília: Sócios da SBPC, 2022a. Disponível em: <http://jcnoticias.jornaldaciencia.org.br/wp-content/uploads/2022/08/Of.-SBPC-141-ao-MMA-Mo%C3%A7%C3%A3o-por-uma-Amaz%C3%B4nia-soberana-e-sustent%C3%A1vel.pdf>. Acesso em: 29 out. 2025.

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA. Ciência e saberes tradicionais por uma Amazônia soberana e sustentável. **Portal SBPC**, [S. /], 15 ago. 2022b. Disponível em: <http://portal.sbpcnet.org.br/noticias/ciencia-e-saberes-tradicionais-por-uma-amazonia-soberana-e-sustentavel/>. Acesso em: 29 out. 2025.

SUMAÚMA. Home. **Somaúma**, Pará, Brasil. Disponível em: <https://sumauma.com/>. Acesso em: 29 out. 2025.

SURUI, Txai; URU-EU-WAU-WAU, Bitaté. Jovens lideranças indígenas em defesa da Amazônia. **Le Monde Diplomatique Brasil**, Brasil, 5 set. 2022. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/jovens-liderancas-indigenas-em-defesa-da-amazonia/>. Acesso em: 29 out. 2025.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Pesquisa recupera história do movimento indígena no Brasil. **UnB Ciência**, [Brasília], 5 abr. 2011. Disponível em: <https://unbciencia.unb.br/humanidades/94-historia/280-pesquisa-recupera-historia-do-movimento-indigena-no-brasil>. Acesso em: 29 out. 2025.

ZIEGLER, Maria Fernanda. Saúde precária e postura anti-indígena exacerbaram mortes por COVID-19 na Amazônia, avaliam cientistas. **Blog Combate Racismo Ambiental**, [S. /], 20 ago. 2021. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2021/08/20/saude-precaria-e-postura-anti-indigena-exacerbaram-mortes-por-covid-19-na-amazonia-avaliam-cientistas/>. Acesso em: 29 out. 2025.





itinerariosamazonicos.org.br

